

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 678.006 - PB (2015/0057840-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADOS : WILSON SALES BELCHIOR - PB017314A
JULIANA CUNHA RABELO DIAS MIRANDA E OUTRO(S) - PB013035
AGRAVADO : JAMIR DO NASCIMENTO PIRES
ADVOGADO : JOSEMILIA DE FÁTIMA BATISTA GUERRA CHAVES - PB010561

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A, em face de acórdão assim ementado (fls. 231/233):

PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. ALEGAÇÃO DE LEGITIMIDADE PASSIVA DA TELEBRAS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. EXCLUSÃO PROPOSITAL DO ART. 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE OU DE INTERVENÇÃO DA UNIÃO. INEXISTÊNCIA DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. REJEIÇÃO.

1. Tendo em vista que o constituinte originário excluiu, de forma proposita, da competência da Justiça Federal as causas em que as sociedades de economia mista instituídas pela União forem partes ou intervierem, conclui-se que a competência para julgar ações em que a Telebras for parte é da Justiça Estadual.

2. Não sendo a União legitimada passiva, e não havendo sua intervenção no processo como assistente, não há que se falar em competência da Justiça Federal.

PRELIMINAR. FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO

ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA CONSIDERADA LEGÍTIMA PELO STJ NOS CASOS ENVOLVENDO OS CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.

REQUERIMENTO DIRIGIDO À CONCESSIONÁRIA.

CUMPRIMENTO DO ÔNUS. DILIGÊNCIAS PELA PROCURA DA DOCUMENTAÇÃO EM BANCO ESTATAL, AS QUAIS INCUMBEM À CONCESSIONÁRIA, E NÃO AO ASSINANTE DA LINHA TELEFÔNICA. REJEIÇÃO.

- Realizado o requerimento administrativo de exibição de documentos, é dever da concessionária, e não do assinante da linha telefônica, diligenciar em busca da documentação solicitada. Então, não satisfeito o pedido em prazo razoável, surge para o assinante o interesse de promover a ação de exibição de documentos.

PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA.

CONCESSIONÁRIA QUE SUCEDEU A TELEBRAS NO CONTROLE DA SUBSIDIÁRIA LOCAL APÓS A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA TELEBRAS EM 1998.

CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FIRMADO COM A EXTINTA SUBSIDIÁRIA.

PROMESSA DE RECEBIMENTO DE AÇÕES DA TELEBRAS OU DA PRÓPRIA SUBSIDIÁRIA COMO CONTRAPRESTAÇÃO. EXIBIÇÃO DO INSTRUMENTO DO CONTRATO E DOS LIVROS MERCANTIS REFERENTES ÀS AÇÕES EMITIDAS PELA SUBSIDIÁRIA. PROVIDÊNCIA QUE INCUBE À CONCESSIONÁRIA. REJEIÇÃO.

- Tendo a concessionária apelante sucedido a Telebras no controle da extinta subsidiária TELPA, é da primeira a responsabilidade pela exibição dos documentos referentes à última, o que inclui o instrumento do contrato de participação financeira firmado entre a subsidiária e o assinante, bem como a cópia dos livros e documentos referentes às ações eventualmente emitidas em nome do assinante, como contraprestação aos valores por ele investidos.

APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. JUNTADA AOS AUTOS DE CÓPIA DE BOLETOS DE COBRANÇA DA CONCESSIONÁRIA EM RELAÇÃO À LINHA TELEFÔNICA TITULARIZADA PELO AUTOR/APELADO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE A LINHA FOI ADQUIRIDA APÓS AS PRIVATIZAÇÕES DE 1998, QUANDO DEIXARAM DE SER FIRMADOS OS CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR. ÔNUS PROBATÓRIO DO RÉU. ART. 333, II, DO CPC. DESPROVIMENTO.

1. Comprovada a existência de relação jurídica com a concessionária que assumiu o controle da extinta TELPA, é daquela o ônus de comprovar que a linha telefônica foi adquirida após as privatizações em 1998, quando não eram mais firmados os contratos de participação financeira (art. 333, inciso II, do CPC).

2. Tendo a concessionária apelante assumido o controle da TELPA, é da primeira a responsabilidade pela exibição dos documentos referentes à segunda, mais especificamente o instrumento do contrato de participação financeira, bem como os livros mercantis

referentes às ações que, eventualmente, foram emitidas pela extinta subsidiária da Telebras.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 280/287).

Nas razões do especial, a ora agravante alega violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil/1973, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre a arguição de impossibilidade de aplicação do art. 359 do Código de Processo Civil/1973.

No mérito, argui afronta aos arts. 3º, 267, VI, e 359 do Código de Processo Civil/1973, aduzindo que não tem legitimidade para figurar no polo passivo da ação; e que nas ações cautelares de exibição, inadmissível a aplicação da presunção de veracidade.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Assiste razão à recorrente.

O acórdão recorrido efetivamente foi omissos, não abordando as questões supracitadas e a omissão não foi suprida, a despeito da oposição de embargos de declaração.

Em face do exposto, prejudicada a análise das demais questões, conheço do agravo para, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dar provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, com vistas ao julgamento das questões postas em discussão desde a apelação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora